

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Doutoramento
2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Teoria do Direito

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem (1.º semestre)/Prof.ª Doutora Susana Antas Videira (segundo semestre)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

(máximo 1000 caracteres)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A disciplina convida à análise crítica do papel dos tribunais na construção e transformação do Direito contemporâneo, em contextos nacionais, supranacionais e globais. Será debatida a dialética entre a jurisdição, a democracia e os direitos fundamentais, desafiando os estudantes a repensar os limites e a legitimidade do poder judicial no século XXI. Ao mesmo tempo, proceder-se-á à compreensão do enraizamento da ciência jurídica na prática do direito e do modo como as metodologias práticas do Direito devem ser entendidas cientificamente.

6. Conteúdos programáticos:

O seminário de doutoramento e o mestrado científico vão debruçar-se sobre a resposta a dar à seguinte questão essencial: Quais os desafios contemporâneos que os tribunais enfrentam no exercício da sua missão de garantir justiça, legalidade e os direitos fundamentais?

Face ao desenvolvimento da hermenêutica constitucional; da importância das jurisdições internacionais, nomeadamente do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos; do constitucionalismo e do direito dito multinível; da aprovação de regras legais específicas em ramos especializados do direito; da redefinição da matéria no estatuto dos juizes, em torno do instituto das inspeções judiciais; dos desafios do direito digital e da inteligência artificial a pergunta impõe-se: qual o papel dos tribunais na aplicação, construção e transformação do Direito na atualidade?

Alguns tópicos de análise:

- Fundamentos Teóricos da Jurisdição

Conceitos de jurisdição e função judicial

Teorias clássicas e contemporâneas sobre o papel dos tribunais

A distinção entre Direito, política e poder judicial

-Tribunais e Estado de Direito

O papel dos tribunais enquanto garantes da Constituição e dos direitos fundamentais

Garantias processuais e limites da atuação judicial

Separação de poderes e independência judicial

-Judicialização da Política e Ativismo Judicial

Análise crítica

Judicialização de temas morais, sociais e económicos

Democracia representativa e decisões judiciais

-Tribunais Constitucionais e Superiores na Perspetiva Comparada. Os Tribunais Internacionais (TJUE, TEDH)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A influência da integração europeia e do direito internacional na jurisdição nacional
Estudos de caso em Portugal, Europa e países de língua portuguesa
-Desafios Contemporâneos do Poder Judiciário
Crises institucionais, populismo e autoritarismo
O papel dos tribunais em contextos de instabilidade política
Transparência, accountability e confiança pública
-Perspetivas Futuras e Reflexão Crítica
Novas tecnologias e o impacto na jurisdição (inteligência artificial, digitalização)
O papel dos tribunais na evolução do Direito e da justiça global
-Produção académica e desenvolvimento de projetos de investigação.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A compreensão das principais questões da metodologia jurídica, da sua historicidade e do modo como se colocam na actualidade é atingida através do acompanhamento crítico das lições ministradas, da possibilidade de intervir colocando questões, dando opiniões fundamentadas e demonstrando a leitura dos textos e autores recomendados.

8. Metodologias de ensino:

Metodologia das aulas: lições e seminário.

O curso é constituído por lições discutidas com os estudantes.

Os estudantes são convidados a participar nas discussões através da indicação prévia da temática e questões para reflexão e da bibliografia específica para o seu estudo.

9. Avaliação:

A avaliação é constituída pela apresentação de um Relatório, no final do ano letivo. A avaliação final considera também a participação crítica dos estudantes no seminário ao longo do ano, nomeadamente a apresentação oral de um tema.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Entende-se como adequado para os objectivos da aprendizagem que esta seja dirigida através da indicação de temas e problemas da actualidade em lições adequadas aos conhecimentos dos estudantes. Em especial, os estudantes são chamados a debater e analisar a sua experiência jurídica à luz das teorias e doutrinas contemporâneas do direito.

11. Bibliografia principal:

1. Fundamentos Clássicos da Teoria do Direito
HART, H. L. A. The Concept of Law. 3rd ed., Oxford University Press, 2012.
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 8.ª ed., Almedina, 2019.
DWORKIN, Ronald. Law's Empire. Harvard University Press, 2011 (reimpressão da ed. 1986).
ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva, Malheiros, edição especial 2024.
2. Tribunais, Jurisdição Constitucional e Estado de Direito
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7.ª ed., Almedina, reimp. 2021 (versão ebook 2023).
REIS NOVAIS, Jorge. As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição. 2.ª ed., Coimbra Editora, 2010.
NEVES, Marcelo. Constitutionalism and the Paradox of Principles and Rules. Oxford University Press, 2021.
STONE SWEET, Alec. Governing with Judges: Constitutional Politics in Europe. Oxford University Press, 2000.
3. Argumentação, Hermenêutica e Teorias da Interpretação
ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. Tradução disponível em português, reimpressão Malheiros, 2020.
FERREIRA DA CUNHA, Paulo. Teoria Geral do Direito – Uma Síntese Crítica. Causa das Regras, 2019.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. Teoria Geral do Direito. 5.ª ed., Juspodivm, 2024.
4. Teorias Contemporâneas e Interdisciplinaridade
MÖLLERS, Christoph. The Three Branches: A Comparative Model of Separation of Powers. Oxford University Press, 2013.
HABERMAS, Jürgen. Faktizität und Geltung (Facticity and Validity). Suhrkamp, 1992 (ed. inglesa MIT Press, 1996).
5. Novas Fronteiras: Direito, Tecnologia e Complexidade
PASQUALE, Frank. The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information. Harvard University Press, 2015.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

NOVECK, Beth Simone. Solving Public Problems: A Practical Guide to Fix Our Government and Change Our World. Yale University Press, 2021.
VIVO, Pierpaolo (et alii). "CompLex: Legal Systems Through the Lens of Complexity Science", arXiv preprint, 2024.
LESLIE, David et al. Artificial Intelligence, Human Rights, Democracy and the Rule of Law: A Primer. arXiv, 2021.
6. Tribunais e sociedade
RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], 40 anos de políticas de Justiça em Portugal, Almedina, Coimbra, 2017,
SANTOS, Boaventura Sousa, et al., Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português, Edições Afrontamento, Porto, 1996;
TARUFFO, Michele, La motivazione della sentenza civile, CEDAM, Padova; 1975;
COELHO, Nuno, Organização do sistema judicial e jurisdição. Para uma sistemática alargada da realização do direito pelo juiz, Coimbra, Almedina, 2024;
COELHO, Nuno (et alii), Agenda da Reforma da Justiça, Coimbra, Almedina, 2023.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.